

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

.....

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2022

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

.....

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciências humanas: diálogo e política de colaboração

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: diálogo e política de colaboração /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0046-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.462222403>

1. Ciências humanas. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio
(Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Estimados leitores e leitoras;

Sendo cada vez mais necessária, a transdisciplinaridade se configura como um requisito epistemológico, uma vez que o que buscamos compreender, problematizar e analisar não se limita, estritamente, a uma única área do saber. É preciso “sacudir” as estruturas e apontar caminhos múltiplos para se pensar o mundo ao nosso redor.

Assim sendo, por meio de uma abordagem transdisciplinar a obra **Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração**, propõe uma discussão, crítica e contemporânea, entre diversos campos do saber, buscando expandir os horizontes acerca das correlações das Ciências Humanas com diversas outras disciplinas.

Neste sentido, ao longo de 17 capítulos podemos vislumbrar discussões que abordam as temáticas sobre juventude, feminilidades, saúde, política, educação, sociedade, dentre outras que se configuram como mecanismos para compreensão das dinâmicas sociais, a nível nacional e internacional.

Especialmente a partir deste atual cenário social e político que vivenciamos, as reflexões realizadas na coletânea **Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração** se tornam fundamentais para se pensar sobre o(s). lugar(es). que as Ciências Humanas têm ocupado diante das diversas perspectivas de compressão sobre o mundo e sobre as formas de compreendê-lo e melhorá-lo. Trazendo à tona, por conseguinte, discussões necessárias para tencionar reflexões sobre o mundo contemporâneo.

Para tanto, esperamos que essa coletânea de textos possa se mostrar como uma possibilidade discursiva e reflexiva para novas pesquisas e novos olhares sobre os objetos das Ciências Humanas em consonância com outras áreas do saber.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!


Fabiano Eloy Atilio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM TRABALHO E EDUCAÇÃO

Samille Schmid Lopes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224031>

CAPÍTULO 2..... 14

INCLUSÃO DE JOVENS RURAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL POR MEIO DA CONFIGURAÇÃO DA FERRAMENTA WEB 2.0 E DA REDE SOCIAL

Miguel Gregorio Argote Salgado

Víctor Enrique Macías-Villamizar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224032>

CAPÍTULO 3..... 19

A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Luzinete de Souza Oliveira


Solange Aparecida Bolsanelo Merlo

Camila Bruschi Tonon

Larissy Alves Cotonhoto

Lucyana Veríssimo Pascoal Costa


Anderson José Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224033>

CAPÍTULO 4..... 30

SOFRIMENTOS SOCIAIS; REFLEXOS DO PERÍODO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA TRATAMENTO DA HANSENÍASE NO BRASIL

Thiago Pereira da Silva Flores


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224034>

CAPÍTULO 5..... 41

EDIPO MITO-LÓGICO

Marcelo A. Frazzetto


Rosario-Santa Fe-Argentina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224035>

CAPÍTULO 6..... 47

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO: UM ESTUDO COMPARADO


Laura Dantas de Moura








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224036>




CAPÍTULO 7..... 63

TOLERÂNCIA ZERO NO ESPÍRITO SANTO E A SELETIVIDADE PENAL CAPIXABA

Renan Subtil Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224037>

CAPÍTULO 8	75
OS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS E DE SAÚDE DA COVID-19 NOS PAÍSES NÃO DESENVOLVIDOS E OS DESENVOLVIDOS	
Maria José Oliveira Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224038	
CAPÍTULO 9	85
LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA SIMBÓLICA. UNA MIRADA DESDE TEORÍA DE LA SUBJETIVIDAD	
Lisbet Teresa Pérez Salina	
Dalia Portuondo Kindelán	
Reynaldo Vega Chacón	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224039	
CAPÍTULO 10	93
LOS ANDROIDES YA SUEÑAN CON HUMANOS ARTIFICIALES	
Daniel Román March	
Marcos Llanos Nieto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240310	
CAPÍTULO 11	98
QUATRO FACES: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO MITO DE RAGNARÖK	
Angela Albuquerque de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240311	
CAPÍTULO 12	112
A BUCÓLICA X DE VIRGÍLIO ENTRE O AMOR BUCÓLICO E O ELEGÍACO: UMA CRÍTICA EPICURISTA DO AMOR DESMEDIDO	
Amanda Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240312	
CAPÍTULO 13	116
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PROTEÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	
Claudia Maria Prudêncio de Mera	
Denise Tatiane Girardon dos Santos	
Domingos Benedetti Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240313	
CAPÍTULO 14	126
EDUCAÇÃO FINANCEIRA POR MEIO DE MODELAGEM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO	
Mariana Thais Garcia	
Tiago Emanuel Klüber	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240314	

CAPÍTULO 15	132
PROCESSO DE ANÁLISE DE DESEMPENHO PROFISSIONAL Juliana Carneiro Rodrigues André Ribeiro da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240315	
CAPÍTULO 16	143
CONHECER A PAISAGEM ATRAVÉS DA BANDA DESENHADA Miguel Castro  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240316	
CAPÍTULO 17	159
VIAGENS: TURISMO CULTURAL COMO DISPOSITIVOS DE APRENDIZAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA Talita Fontes Miranda  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240317	
SOBRE O ORGANIZADOR	166
ÍNDICE REMISSIVO	167

TOLERÂNCIA ZERO NO ESPÍRITO SANTO E A SELETIVIDADE PENAL CAPIXABA

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 14/12/2021

Renan Subtil Torres

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha; Dissertação: “Biopolítica e Segurança Pública: Tolerância Zero no Espírito Santo e uma educação voltada à fabricação de sujeitos produtivos”; Pós-graduado em Educação Pelo CESAP; Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela UNESA Vila Velha – ES
<http://lattes.cnpq.br/6605792946001791>

RESUMO: O referido trabalho resulta de um fragmento das pesquisas de Torres (2016). e Rosa (2018), que estabelecem como objetivo análises comparativas entre as políticas públicas emergentes nos Estados Unidos popularmente conhecidas como Tolerância Zero e um dos programas capixabas implantados durante o governo de Renato Casagrande (2011-2014). Partindo do pressuposto da existência de influência estadunidense na implantação das políticas públicas de segurança no Espírito Santo daquele período, o trabalho dos referidos pesquisadores evidenciou que o programa Estado Presente em Defesa da Vida (FAJARDO, 2014), que entrou em vigor no primeiro ano de governo Casagrande e foi influenciado diretamente pelas políticas de tolerância zero de acordo com Torres (2016), possui as mesmas consequências do programa estadunidense no

que se refere ao encarceramento em massa de seletos estratos da sociedade. Com base nos estudos de Wacquant (2001). e Belli (2004), tal fenômeno impactou significativamente sobre o aumento nos índices de encarceramento de jovens capixabas – cuja maioria é constituída por pobres, pardos e negros - durante seu período de vigência. Partindo da análise do perfil das pessoas encarceradas durante a gestão de Renato Casagrande, torna-se evidente a perpetuação do caráter seletivo do programa por ele lançado em território capixaba, que se mostra guiada por estereótipos de criminosos em potencial, desde sua implantação até seu término no ano de 2014.

PALAVRAS-CHAVE: Encarceramento; Segurança; Seletividade; Tolerância Zero.

ZERO TOLERANCE IN ESPIRITO SANTO AND CAPIXABA'S CRIMINAL SELECTIVITY

ABSTRACT: This work is the result of a fragment of research by Torres (2016). and Rosa (2018), which aim to compare the emerging public policies in the United States popularly known as Zero Tolerance and one of the Espírito Santo programs implemented during the Renato Casagrande's government (2011-2014). Assuming the existence of US influence in the implementation of public security policies in Espírito Santo at that period, the work of these researchers showed that the “Estado Presente: em Defesa da Vida” program (FAJARDO, 2014), which entered into force in the first year of Casagrande government and was directly influenced by zero tolerance policies,

according to Torres (2016), has the same consequences as the US program with regard to the mass incarceration of select groups of society. Based on studies by Wacquant (2001). and Belli (2004), this phenomenon was significantly impacted the increase in incarceration rates of young people from Espírito Santo – most of whom are poor, brown and black – during its period of validity. Based on the analysis of the profile of people incarcerated during Renato Casagrande’s administration, the perpetuation of the selective character of the program launched by him in Espírito Santo is evident, which is guided by stereotypes of potential criminals, from its implementation to its end in the year 2014.

KEYWORDS: Incarceration; Safety; Selectivity; Zero Tolerance.

O NASCIMENTO DAS POLÍTICAS DE TOLERÂNCIA ZERO

No final dos anos de 1970 e início dos anos 80, os Estados Unidos da América viveram o auge de uma crise que teve início nos anos 60, que foram marcados pela emergência do chamado movimento contra-cultural, uma crise social que teve consequências econômicas que resultaram em uma série de recessões e crises sindicais, além da instabilidade política que culminou em impactos sociais negativos, principalmente em relação aos índices de criminalidade, cujo antigo sistema de combate já não acompanhara a constante elevação da demanda de crimes, de acordo com Schecaira (2009). Emerge assim uma nova suposta necessidade de endurecimento da luta contra a criminalidade que é difundida pelos Estados Unidos como sua forma mais eficaz, seguindo uma tendência neoliberal de esvanecimento do Estado-providência e gradual ascensão de um Estado penal que é espalhada de forma ativa pelos países ocidentais segundo Wacquant (2001). Por meio de diversos órgãos do Estado estadunidense, propagaram-se discursos do enrijecimento penal iniciado por Washington e Nova York que, para os entusiastas neoliberais, foram o principal fator que amenizou os índices de criminalidade ao mesmo tempo em que as cadeias desse país superlotavam.

A partir da década de 1990 vimos emergir em grande parte dos países ocidentais, certo investimento na área da segurança pública a partir do desenvolvimento de estudos sobre a violência realizados pelos *think tanks*¹ neoconservadores que almejavam reduzir os índices de criminalidade estabelecendo políticas de repressão policial, em especial, aos moradores de periferias das cidades, principalmente, direcionadas aos jovens pertencentes às classes mais pobres da sociedade, sobretudo, negros e latinos, conforme as análises de Wacquant (2001). em relação ao desenvolvimento dos procedimentos legislativos de intolerância aos mínimos desvios de ordem moral e a alguns pequenos delitos cotidianos da cidade de Nova York. O país que sustenta discursos do tipo *law and order* cuja

[...] ideia central é dar uma resposta ao fenômeno da criminalidade com acréscimo de medidas repressivas decorrentes de leis penais. Nas duas últimas décadas crimes atrozes são apresentados pelo mas media e por

1 ² Institutos de consultoria que analisam problemas e propõem soluções nas áreas militar, social e política (WAC-QUANT, 2001, p. 21).

muitos políticos como uma ocorrência terrível, geradora de insegurança e consequência do tratamento benigno dispensado pela lei aos criminosos, que, por isso, não lhe têm respeito. O remédio milagroso outro não é senão a ideologia da repressão, fulcrada no velho regime punitivo — retributivo, que recebe o nome de Movimento da Lei e da Ordem. Os defensores deste pensamento partem do pressuposto dicotômico de que a sociedade está dividida em homens bons e maus. A violência destes só poderá ser controlada através de leis severas, que imponham longas penas privativas de liberdade, quando não a morte. (SCHECAIRA, 2009, p. 170).

Ou seja, os Estados Unidos, país que se denomina defensor da lei e da ordem e sustenta um sistema penal máximo cujo objetivo é a individualização e responsabilização das pessoas que cometem atos infracionais de maneira imparcial, aplicando a elas penas que tendem ser enrijecidas e prolongadas ao mesmo tempo em que se reduzem os direitos mínimos dos desviantes, recebe muito bem, com certa ajuda de incansáveis discursos dos simpatizantes da alta repressão legislativa estadunidense, o programa “Tolerância Zero” (*Zero Tolerance*), que carrega no título uma das características dessas políticas fundamentadas por discursos que envolvem a manutenção da moral e “bons costumes” estadunidenses é um dos grandes exemplos dessa nova *doxa* punitiva que toma conta do Ocidente (WACQUANT, 2001).

Conforme a descrição de Belli (2004), foi a partir de 1994 que o então prefeito da cidade de Nova York, Rudolph Giuliani, a efeito dos altos índices de criminalidade violenta vivenciadas na cidade, convoca o chefe da polícia de trânsito, William Bratton, para atuar como Comissário de Polícia de Nova York, responsabilizado prontamente pela aplicação da chamada “teoria das janelas quebradas”², vulgarizada pelo mesmo Manhattam Institute, que objetivava reprimir as pequenas infrações cotidianas da população nova-iorquina, por mais banais que fossem. Tanto para Bratton e Giuliani quanto para Wilson e Kelling, idealizadores dessa suposta teoria, os delitos leves afetam de maneira negativa a qualidade de vida da população ordeira, contribuindo para a ampliação de um clima de abandono que possibilita a execução de crimes cada vez mais violentos.

As ações de Bratton como novo Comissário de Polícia de Nova York incluíam um aumento significativo do contingente policial, a compra de equipamentos necessários para a promoção da modernização de seu trabalho, a devolução da responsabilidade para os chefes de delegacias (*precincts*). que passaram a agir de forma mais autônoma permitindo uma maior competitividade entre as delegacias de polícia e a instauração de um esquema informatizado de acompanhamento (*Compstat – Comprehensive Computer Statistics*). dos índices de criminalidade que permitiam os agentes policiais de acompanhar os locais de maior incidência³ dos delitos quando em ronda nas viaturas. Embora ampliado

² ³ “*Broken Windows: the police and neighborhood safety*” (traduzido como Janelas Quebradas: A polícia e a Segurança do Bairro). é o título que leva o artigo de George Kelling e James Q. Wilson publicado em 1982 na revista *Atlantic Montly*.
³ Segundo Benoni Belli (2004), os registros de incidência criminal no sistema *compstat* eram realizados de forma autônoma, que culmina num registro seletivo desses desvios conforme os locais - preferencialmente periféricos habitados majoritariamente por imigrantes latinos e negros, de Nova York -, nos quais os policiais agiam rotineiramente. Wacquant

o contingente policial injetando recursos na compra de novos equipamentos, o investimento de Bratton naquilo que chamou de “reengenharia” teve como primeira grande medida a descentralização, conforme demonstramos em pesquisas anteriores (ROSA, 2014).

Com a intensificação da pressão por resultados, a ideia de produtividade e competitividade circunscrita no campo empresarial passou a fazer parte também do universo policial. Como “a liberdade de ação e a confiança depositada no trabalho das delegacias precisava ser retribuída ou honrada com reduções visíveis nos índices de criminalidade, no aumento das prisões, em apreensões de armas e drogas” (BELLI, 2004, p. 71), a polícia rapidamente teve que adequar suas ações cotidianas aos elementos difundidos pela gestão empresarial, situados, sobretudo, pela chamada teoria do capital humano⁴, na tentativa de garantir a manutenção da confiança que havia sido depositada sobre ela anteriormente.

Para a grande parte da mídia corporativa e de toda a população estadunidense, Bratton não apenas solucionou os problemas dos metrô da cidade de Nova York, como também passou a combater outras práticas moralmente contestadas amparadas nas ações dos lavadores de carros; dos sem-teto; dos comerciantes e usuários de drogas ilícitas; dos pichadores; dos grafiteiros; dos garotos e garotas de programa; dos alunos e alunas gazeteiros etc. Segundo Belli (2004), o “bom” funcionamento do programa de tolerância zero só ocorreu devido ao âmbito da atuação institucional da polícia que conseguiu incidir suas ações intensamente sobre a população nova-iorquina a partir de estratégias de caráter gerencialista⁵.

Embora a tolerância zero seja mais do que uma estratégia, um programa, ou até mesmo uma simples política de segurança pública, tratando-se de um discurso, de uma retórica, de um vocabulário populista que sobrepõe de forma arbitrária o direito e a moral; a restauração dos valores e a tutela da ordem pública; a demagogia nos assuntos de segurança e a demanda social por segurança (DE GIORGI, 2000, p. 115), a difusão de sua fama em nível internacional ocorreu muito mais por meio de uma estratégia de *marketing* bem construída do que por sua real eficácia no controle dos índices de criminalidade. “Existe pouca evidência para sugerir que o mercado das drogas foi eliminado ou reduzido pela política de ‘tolerância zero’” (WENDEL & CURTIS, 2002, p. 268). em Nova York.

(2001). associa a seletividade característica da abordagem dos agentes policiais da cidade de Nova York à relação entre pobreza e violência existente feita pelos entusiastas das políticas de tolerância zero.

4 A Teoria do Capital Humano foi esboçada por Theodore Schultz, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1979, e desenvolvida por Gary Becker, ganhador deste mesmo prêmio em 1992. Segundo Becker (1993), capital humano é toda a capacidade de conhecimentos, competências e atributos de personalidade consagrados na possibilidade de realização de determinado trabalho de modo a produzir algum tipo de valor econômico. Portanto, são aqueles atributos adquiridos pelo trabalhador através do seu investimento em educação e experiência (Rosa, 2014).

5 Em sua obra intitulada *Gestão como Doença Social* o sociólogo francês Vincent De Gaulejac (2007). utiliza a expressão para se referir a estratégias de gestão empresarial que perpassam outros ambientes alheios à empresa.

DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA TOLERÂNCIA ZERO À CHEGADA EM SOLO CAPIXABA: PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA

Embora sua ineficácia em relação à redução da criminalidade tenha sido contestada por diversos autores, a exemplo de Wacquant (2001; 2003), Wendel & Curtis (2002). Belli (2004), dentre outros importantes pesquisadores, este repressivo programa de segurança pública chamado de Tolerância Zero, forjado inicialmente nos Estados Unidos, tornou-se uma espécie de referência mundial na luta contra o crime. Contudo, o reconhecimento dos equivocados benefícios deste programa implementado em Nova York passou a ser frequente nos discursos de políticos e chefes de polícia ao redor do planeta.

A busca não só de brasileiros, mas de outros estrangeiros pela solução de diversos problemas sociais, sobretudo, referentes à criminalidade, concebendo as políticas de tolerância zero praticadas em Nova York como referência, resultou em visitas cada vez mais frequentes de profissionais e especialistas em segurança pública àquela cidade estadunidense. Mesmo sem a comprovação de sua eficácia no combate à violência urbana e a criminalidade, este programa, também tratado por seus formuladores como um programa de “qualidade de vida”, acabou ganhando progressivamente adeptos por todo o planeta; fazendo com que Nova York deixasse de ser conhecida como a “capital do crime” e passasse a ser considerada por certas pessoas como uma das cidades mais seguras do mundo.

O artigo⁶ que segundo Wacquant (2001). é utilizado para dar o ar de cientificidade à teoria das janelas quebradas é iniciado com uma breve descrição do programa “*Safe and Clean Neighborhoods Program*”⁷ instaurado no estado de Nova Jersey no ano de 1970 que sustentava a proposta de melhorar a qualidade de vida em vinte e oito de suas cidades. A primeira ação do programa foi a de colocar policiais a pé trabalhando em alguns bairros, o que provocou um descontentamento imediato por parte dos agentes que, acostumados a trabalharem em viaturas, duvidavam da eficiência da proposta. Cinco anos depois da inauguração do programa, a Fundação de Polícia de Washington publicou uma avaliação do programa que constatou a irredutibilidade dos índices criminais registrados nos bairros onde os agentes atuaram a pé, todavia, uma maior sensação de segurança dos moradores das localidades onde agiam os policiais. A resposta que evidencia o caráter estritamente moralista e preconceituoso de Wilson e Kelling (1982). frente à suposta preocupação dos moradores que se sentiam mais seguros na presença ostensiva de policiais, mesmo que sem ajuda de viaturas, está fundamentada no medo que, talvez, os moradores teriam de ataques de pessoas que eram consideradas desordeiras pelos autores. Argumento exposto de forma clara na seguinte passagem do mesmo artigo:

6 Artigo encontrado na versão digital da revista *Atlantic Montly* através do sítio eletrônico <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/> em março de 2016.

7 ^o Tradução livre: “Programa Bairros Limpos e Seguros”.

Intrínseco ao mesmo artigo, encontramos evidências de uma suposta seletividade interventora protagonizada pelo projeto, na qual a prioridade de “ordenação” se fazia em bairros habitados majoritariamente por negros, onde algumas das pesquisas feitas pelos idealizadores da teoria das janelas quebradas foram executadas.

A propagação das políticas capitaneadas pelos neoconservadores estadunidenses que legitimaram a gestão da pobreza como suposta manobra de combate à criminalidade se deu de maneira extremamente rápida por consequência do ativismo dos idealizadores e entusiastas da alta repressão aos mínimos “desvios de conduta” que, segundo a filosofia neoliberal estadunidense, é a porta de entrada para a emergência de crimes de maiores proporções. Por meio da intervenção de agentes neoconservadores simpatizantes do referido programa em países considerados “consumidores em potencial” dessas políticas combinada com um apoio midiático intensivo, as políticas de tolerância zero conseguiram adeptos em toda extensão do globo e a nova “moda” penal fundamentada na seletividade perpassa diversas outras nacionalidades colaboradoras (WACQUANT, 2001).

A falácia do “sucesso” do programa Tolerância Zero fomentada por discursos que se fundam na associação da queda dos índices de criminalidade na cidade de Nova York com as políticas de dura repressão às condutas de indivíduos marginalizados, transformando a metrópole mais violenta dos Estados Unidos da América em um “exemplo de cidade segura”, serve de espelho para a “modernização” na ótica dos países importadores de tais políticas pautadas nas premissas neoliberais de individualização que atribui aos pobres e a outros estratos menos privilegiados socialmente, a culpa dos “distúrbios” sociais ao mesmo tempo em que isenta o Estado das problemáticas sociais fortalecendo apenas seu braço penal (WACQUANT, 2001).

No mês de agosto do ano de 1998, o governo do México tentou assumidamente adaptar a experiência de Rudolph Giuliani à realidade mexicana lançando a “Cruzada nacional contra o crime” e em setembro do mesmo ano foi a vez da cidade de Buenos Aires protagonizar a reprodução da “doutrina elaborada por Giuliani” na Argentina cuja primeira medida do secretário da Justiça e da Segurança da cidade, León Arslanian, foi adaptar antigos angares industriais em “*galpones penitenciários*”⁸ para estabelecer os locais de prisão que atenderiam a demanda de presos resultantes das políticas de tolerância zero. No Brasil, em 1999, o governador de Brasília, Joaquim Roriz, coloca a tolerância zero em vigor em resposta a uma série de crimes de sangue que ocorriam no estado que passava a governar e com a contratação imediata de novos 800 policiais civis e militares, Joaquim iniciara a “jornada contra o crime” no País, sempre retrucando aos críticos de tais políticas - que alegavam que a implantação delas causaria um aumento na população carcerária cujo contra-argumento utilizado por Joaquim era o discurso de que a solução seria a construção de mais cadeias (WACQUANT, 2001).

As políticas de Giuliani chegaram à Europa através de Jospin na França, que

⁸ Tradução livre: “Galpões Penitenciários”.

anunciara a “tolerância zero francesa” com grande ajuda jornalística e, em seguida foi Frankfurt quem introduziu no mês seguinte à implementação francesa, a “*Null Toleranz*” (Tolerância Zero). através de Gerhard Schröder⁹ e seus discursos abertamente xenófobos. Depois da visita de Rudolph Giuliani na cidade alemã no outono anterior, o líder estadunidense passou a ser considerado o maior ícone da segurança pública na região, os discursos que associavam a redução das taxas de criminalidade às políticas repressivas nova-iorquinas conquistaram eleitos e eleitores, resultando na adoção da rigidez punitiva até mesmo para delitos de pequenas proporções, como ocorrido na Itália.

Partindo do pressuposto por Wacquant (2001). e Belli (2004). de que a propagação da suposta efetividade de políticas semelhantes à tolerância zero virou moda e tomou conta dos discursos políticos de candidatos e eleitos que prometem a redução da criminalidade violenta através de políticas públicas de controle sobre os estratos pauperizados da sociedade e levando em consideração as experiências brasileiras assumidamente inspiradas no programa Tolerância Zero, como no caso das práticas do governador de Brasília, Joaquim Roriz em janeiro de 1999, além da segunda experiência em 2004 quando o então prefeito de Curitiba Osmar Bertoldi¹⁰ chega a visitar Giuliani a fim de obter maiores informações e conselhos quanto à aplicação de políticas parecidas que foram prometidas pelo candidato do Partido da Frente Liberal aos cidadãos curitibanos, investigaremos a seguir uma suposta ascensão no estado do Espírito Santo de políticas com características próximas à tolerância zero, em especial o programa Estado Presente em Defesa da Vida, que apresenta incorporada à sua ementa, projetos assumidamente adaptados de experiências nova-iorquinas.

IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA NA ELEVÇÃO DOS ÍNDICES DE ENCARCERAMENTO DE EXTRATOS ESPECÍFICOS DA SOCIEDADE CAPIXABA

Para melhor compreendermos o estado no qual se encontram as políticas públicas de segurança do Espírito Santo na contemporaneidade, entendendo também o contexto de implantação do programa Estado Presente em Defesa da Vida do governo Casagrande¹¹, tornar-se-á pertinente à realização de uma análise contextual do antepassado político-econômico do Estado, investigando a origem dos discursos fundados anteriormente ao mandato do ex-governador que fundamentam a implementação de tais políticas. Para tanto, serão utilizados os estudos de Ribeiro Júnior (2012). acerca das lamentáveis condições

9 Gerhard Schröder foi o sétimo Chanceler da República Federal da Alemanha, uma posição que ocupou de 1998 a 2005. Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://gerhard-schroeder.de/en/biography/> Acessado em 04 de abril de 2016.

10 ¹¹ O prefeito Cassio Taniguchi e o vereador Osmar Bertoldi reuniram-se com o especialista estadunidense em segurança pública John Picciano, que trabalha na empresa de consultoria do ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani. Ele veio conhecer a estrutura da Guarda Municipal de Curitiba e as ações da prefeitura no setor de segurança. Dados obtidos através do sítio eletrônico <http://www.parana-online.com.br/colonistas/hugo-santana/17963/FAZENDO+MAROLA> em abril de 2016.

11¹² Renato Casagrande governou o Estado do Espírito Santo durante o período de 2011 a 2014.

do sistema carcerário capixaba durante os dois primeiros mandatos de Hartung¹² (2003 – 2010), objetivando o estabelecimento de um breve apanhado histórico acerca das políticas públicas de segurança, tão como das condições administrativas da máquina estatal que antecederam o governo de Renato Casagrande.

A obra de Ribeiro Júnior (2012), que analisa as políticas de segurança pública e penitenciária do Estado do Espírito Santo durante o governo de Paulo Hartung, com o objetivo de examinar fatores que contribuíram para o aumento catastrófico da população carcerária capixaba, apresenta uma série de importantes dados que facilitam a compreensão acerca das características daquele governo e da ascensão do atual governador do Estado, que apoiou Renato Casagrande no final de seus dois primeiros mandatos e que hoje se encontra em sua terceira gestão.

Como a assumida prioridade da gestão de Paulo Hartung era o combate ao crime organizado, as penitenciárias cada vez mais lotadas foram negligenciadas acarretando, a partir de denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e pela Vara de Execuções Penais ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), a confecção de um relatório denunciando o caos que dominava o sistema penitenciário capixaba, levando a segunda crise do primeiro mandato do governador: “as masmorras de Hartung”. A expressão faz jus à verdadeira situação de abandono na qual se encontrava o sistema penitenciário do Estado e ao desrespeito para com a vida dos detentos tendo em vista as precárias condições de sobrevivência dentro dos presídios superlotados que chegaram a despertar a ideia da adoção de contêineres para atender à crescente demanda de presos durante o governo Hartung (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

A crise penitenciária capixaba juntamente a diversos episódios envolvendo violência urbana no país permitiram maior atenção por parte da gestão do Estado, levando Hartung, conforme discursos por ele proferidos no decorrer de seu segundo mandato, a dar maior atenção ao problema da criminalidade violenta, declarando que a guerra ao tráfico de drogas entraria em pauta em sua segunda gestão.

Porém, diferente dos discursos que evidenciaram a prioridade no combate ao chamado “crime organizado” que permearam o primeiro mandato de Paulo Hartung (2002 – 2005), Renato Casagrande assume a gestão do Estado em 2011 revelando, já nos primeiros meses de seu mandato, sua intenção de intensificação do combate à criminalidade difusa, conforme outra passagem de seu discurso: “[...] precisamos, ainda, concentrar esforços, recursos e meios para superar as deficiências dos nossos serviços de saúde e os graves problemas relacionados à segurança pública”.¹³ Como estratégia para alcance das metas propostas para seu período de gestão, Casagrande lança em maio do mesmo ano o programa intitulado Estado Presente em Defesa da Vida que, segundo

¹² Paulo Hartung é o atual governador do Estado do Espírito Santo atuando pelo partido PMDB.

¹³ Idem.

Fajardo (2014), objetiva

[...] promover a articulação institucional necessária para priorizar a implantação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção primária a partir da ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em regiões caracterizadas por altos índices de **vulnerabilidade social**. (grifos nossos). (FAJARDO, 2014, p.8).

A noção de vulnerabilidade empregada pelo Secretário de Ações Estratégicas do Governo do Estado do Espírito Santo, Álvaro Rogério Duboc Fajardo, pressupõe um caráter de criminalização da pobreza por parte da gestão do Estado, uma vez que associa o fator exposição a riscos de determinada população à estrutura familiar tão como à educação e empregos além da baixa renda financeira como explicitado por Fajardo (2014), fatores sem comprovação empírica acerca de sua relação com a violência.

A relação entre pobreza e violência letal no Espírito Santo também é fomentada pela visão que Fajardo (2014). possui acerca dos fatores que influenciaram a difusão dos altos índices de homicídios no Estado. Para o secretário, as populações de baixa renda que se instalaram de forma irregular na Região Metropolitana da Grande Vitória que foram atraídas pela geração de empregos pelas indústrias instaladas na região na década de setenta, constituem um fator determinante para a geração da violência capixaba, conforme explicita em seu artigo (FAJARDO, 2014). sobre o programa Estado Presente.

O programa Estado Presente em Defesa da Vida foi lançado em maio de 2011 na chamada região 05 de Vila Velha, conjunto de bairros conhecido como Terra Vermelha. Região de recente povoamento, Terra Vermelha é estigmatizada pela pobreza e pelas notícias veiculadas *ad nauseam* pela mídia local acerca da incidência da criminalidade violenta, onde Casagrande prosseguiu com as ações que emergiram em 2007 conforme Fajardo (2014), junto ao Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2007-2010). elaborado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa social do Espírito Santo (SESP-ES). marcando uma notável supervalorização de políticas públicas de segurança no Espírito Santo. Do mesmo modo que a baixa nos índices de criminalidade violenta na cidade de Nova York foi associada às políticas de tolerância zero nos Estados Unidos, as ações voltadas ao fomento de políticas públicas que priorizam o investimento no chamado “enfrentamento à violência” no Estado, mesmo diante da inexistência de qualquer tipo de comprovação empírica no que diz respeito à efetividade das mesmas, receberam por parte de seus formuladores e entusiastas as honras de verdadeiros remédios contra os elevados índices de homicídios no Estado, considerando dados fornecidos pelo Atlas da Violência (IPEA, 2016). que anunciam um decréscimo dessa taxa no período de 2010 a 2014, no qual Casagrande assume a gestão estatal.

O “Programa de Reestruturação e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social” apresenta características semelhantes ao *compstat* nova-iorquino no que

tange à informatização das polícias com a finalidade de registro dos bairros onde foram realizadas intervenções desses agentes do Estado, tão como no registro de pessoas com antecedentes criminais, fator que possui como efeito colateral a estigmatização de tais sujeitos e conseqüente seletividade por parte dos policiais no momento da abordagem conforme Wacquant (2001). e Belli (2004). Segundo os mesmos autores, esse tipo de investimento culmina com a concentração de esforços das polícias em bairros onde já houve incidência de criminalidade, repetindo sempre os mesmos alvos das abordagens, os cidadãos que habitam as regiões anteriormente associadas à criminalidade.

Fajardo (2014). revela que as etapas do programa que elegem os bairros nos quais o programa atuou, permitiram a identificação inicial de 30 conjuntos de bairros compreendidos na Região Metropolitana da Grande Vitória (20). e interior do Estado (10). “onde estão concentrados mais de 50% dos crimes letais intencionais e boa parte da população em desigualdade social” (FAJARDO, 2014, p. 9), demonstrando novamente a criminalização da pobreza por parte da gestão da segurança pública capixaba.

Conforme dados obtidos no Mapa do Encarceramento 2016, levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Juventude, a população carcerária capixaba saltou de 9.754 para 14.733 pessoas entre 2010 e 2012, o que já correspondia a um aumento de 43,7%. As Informações Penitenciárias do Espírito Santo concedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado através do site do Conselho Regional de Justiça, revelam que em 2015 ocupávamos

[...] o 8º lugar no País em números absolutos de pessoas encarceradas, alcançado em setembro de 2015 o patamar de 18.371 (dezoito mil trezentos e setenta e uma). pessoas presas para uma população estimada de 3.929.911 (três milhões novecentos e vinte e nove mil e novecentos e onze pessoas). pessoas², o que conduz a uma taxa de encarceramento de 468 (quatrocentos e sessenta e oito). pessoas presas para cada grupo de 100.000 (cem mil). habitantes, ou seja, acima da média nacional que é de 300 (trezentas).¹⁴

De acordo com o Infopen¹⁵, a população carcerária do Espírito Santo em 2014, último ano de mandato do então Governador Renato Casagrande, era de 16.234 detentos correspondendo a um aumento de 58,34% em relação ao ano inicial do programa Estado Presente em Defesa da Vida, sendo que 77,6% é composta por negros, enquanto a população branca encarcerada ocupava 21,1% das vagas das penitenciárias. As mulheres compunham 6,44% dessa população em dezembro do mesmo ano. No que tange à faixa etária dessas pessoas é notável a predominância de jovens entre 18 e 24 anos (35,56% do total). Em relação ao grau de instrução, 53,24% dessas pessoas possuíam o ensino fundamental incompleto enquanto 0,13% possuíam ensino superior. A partir da análise do apanhado estatístico acima, podemos identificar o perfil predominante da população

¹⁴ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/10/6e84a9b61e4a2da443a685be6b23afd2.pdf> acesso em março de 2017.

¹⁵ O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Infopen – Junho de 2014, documento produzido pelo Depen – Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça pode ser acessado através do próprio site oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> acessado em março de 2017.

carcerária capixaba do último ano da gestão Casagrande. Sendo assim, observamos a estreita proximidade entre o perfil das principais vítimas de encarceramento, tanto no Espírito Santo sob o regime de políticas de tolerância zero, quanto nos Estados Unidos consolidado o enrijecimento penal protagonizado por Giuliani, de acordo com Wacquant (2001). e Belli (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao afirmarmos a importação das políticas de tolerância zero pelo Estado do Espírito Santo durante o período Casagrande a partir das pesquisas de Torres (2016), pressupomos que suas consequências no tocante aos índices de encarceramento, tão como ao perfil predominante das pessoas que compõem a população carcerária capixaba tenderiam a se aproximar das ocorridas em Nova York a partir da década 1990, após Rudolph Giuliani implantar e projetar a internacionalização do programa Tolerância Zero como suposta solução às práticas de criminalidade violenta. Apesar de nossa pretensão com o trabalho não ser a de concluir que o programa Estado Presente em Defesa da Vida, inspirado no Tolerância Zero, possui como premissa o encarceramento da juventude pobre e não-branca, observamos que a seletividade penal estadunidense que se intensificou após as políticas de Giuliani também se faz presente em terras capixabas, cujo governo assumiu entusiasmo pela moda repressiva que ganha gradativamente todo o Ocidente. Finalizamos o trabalho com uma provocação acerca da suposta pretensão higienista de políticas públicas de segurança que apresentam a intolerância aos mínimos desvios de conduta que agora, passíveis a diversas penas, dentre elas as privativas de liberdade que segregam uma seleta parcela da sociedade, são duramente reprimidos com o falacioso objetivo de manutenção do bem-estar da sociedade. Serão mesmo a intolerância e a violência praticadas de forma intensa e seletiva os verdadeiros caminhos em busca da paz? Deixamos aqui nossa reflexão e fomento aos estudos desta tão urgente problemática contemporânea.

REFERÊNCIAS

BECKER, Gary. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. Chicago: University Of Chicago Press, 1993.

BELLI, Benoni. **Tolerância Zero e Democracia no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

DE GIORGI, Alessandro. **Zero Tolleranza**. Roma: Derive Approdi, 2000.

FAJARDO, Álvaro et al. **Programa Estado Presente: Em Defesa da Vida**. VII Congresso CONSAD de Gestão Pública. Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília/DF: 25, 26 e 27 de março de 2014.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como Doença Social**. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.

RIBEIRO JUNIOR, Humberto. **Encarceramento em Massa e Criminalização da Pobreza no Espírito Santo**. Vitória: Ed. Causa, 2012.

ROSA, Pablo O. **Drogas e a Governamentalidade Neoliberal**: Uma Genealogia da Redução de Danos. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

SCHECAIRA, Sérgio S. Tolerância Zero. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 5, p. 165-176, outubro/2009.

ROSA, Pablo O. RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. TORRES, Renan S. **Biopolítica, Educação e Segurança Pública**: Ponderações sobre a implementação das políticas de Tolerância Zero nas escolas do Espírito Santo. Florianópolis: Insular: 2018.

TORRES, Renan S. **Biopolítica e Segurança Pública**: Tolerância Zero no Espírito Santo e uma educação voltada à fabricação de sujeitos produtivos. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Vila Velha. Vila Velha, 2016.

WACQUANT, Lôic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Punir os Pobres**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

WENDEL, Travis & CURTIS, Ric. **Tolerância Zero**: A Má Interpretação dos Resultados. In Horizontes Antropológicos, Ano 8, N. 18, dezembro de 2002.

WILSON, James Q. & KELLING, George L. **Broken Windows**: the police and neighborhood safety. Atlantic Monthly (Digital edition), mar, 1982.

ÍNDICE REMISSIVO

SÍMBOLOS

1º Ciclo 144, 145, 151, 154

A

Amor 4, 23, 43, 112, 113, 114, 115

Análise de desempenho profissional 5, 132

Andróides 4, 93, 94, 97

Antropologia 31, 32, 111

Áreas rurais 14

B

Banda desenhada 5, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Brasil 3, 4, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 40, 68, 73, 77, 79, 91, 116, 119, 120, 122, 124, 128, 129, 130, 131, 142, 162, 165

Bucólica X 4, 112, 113, 114

C

Ciências humanas 1, 2, 155, 166

Conflito armado 47, 52, 60

Conhecimentos tradicionais 116, 119, 120, 121, 123, 124

Covid-19 4, 12, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84

Cultura 4, 14, 15, 23, 24, 45, 71, 88, 89, 90, 95, 97, 99, 104, 105, 110, 118, 120, 124, 138, 150, 159, 160, 163, 165, 166

D

Diversidade 3, 120, 121, 123, 125, 128, 144, 155

E

Écloga 112, 113

Educação 2, 3, 4, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 12, 13, 20, 26, 27, 28, 29, 55, 56, 57, 59, 63, 66, 71, 74, 104, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 143, 144, 145, 148, 149, 154, 156, 157, 158, 163, 165, 166

Educação ambiental 4, 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125

Educação financeira 4, 126, 128, 129, 130, 131

Educação matemática 126, 129, 131

Elegia 112, 113

Encarceramento 37, 40, 63, 69, 72, 73, 74

Ensino de história 5, 159, 160, 161, 163, 165

Epicuro 112, 113, 114

Era Viking 98, 99, 100, 101, 105, 110, 111

Escandinávia 98, 99, 104, 105, 107, 109

F

Falo 41, 42, 43, 45, 46

Família 8, 11, 22, 23, 25, 48, 54, 103, 106, 108, 153

G

Geografia 75, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 155, 157, 161

Globalização 5, 75, 132, 133

H

Hanseníase 3, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40

História 3, 5, 5, 19, 20, 21, 26, 29, 36, 98, 100, 104, 108, 111, 131, 133, 144, 150, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

História cultural 98, 100, 159

I

Inclusão 3, 8, 14, 20, 25, 26, 28, 29, 48, 56

Internação Compulsória 3, 30, 31, 33, 36, 39, 40

J

Juventude 2, 3, 1, 2, 3, 4, 5, 12, 13, 72, 73, 106, 166

L

Lógica 27, 32, 39, 41, 42, 44, 93, 96, 110

M

Meio local 143, 145, 153, 154

Mito 3, 4, 41, 98, 99, 101, 104, 105, 109, 110

Mitologia nórdica 98, 99, 100, 101, 103, 109, 110

Modelagem matemática 4, 126, 127, 128, 129, 130, 131

Mulheres 3, 7, 20, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 79, 83, 99, 100, 104, 106, 107, 111

N

Negociações de paz 47

P

Paisagem 5, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 165

Pandemia 6, 12, 75, 76, 78, 82, 83, 154, 156

Participação política 3, 47, 49, 56, 57, 58

Período de transição 47, 49, 52, 55, 60

Pessoa com deficiência 3, 19, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29

Pós-guerra 22, 47

Povos indígenas 4, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125

Programa de aprendizagem 1, 2, 8, 12

R

Ragnarök 4, 98, 99, 101, 105, 108, 111

Redes sociais 14

Representações femininas 4, 98

S

Saúde 2, 4, 35, 37, 38, 54, 55, 59, 70, 75, 76, 82, 114

Segurança 33, 48, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Seletividade 3, 63, 66, 68, 72, 73

Sociedade 2, 8, 10, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 48, 51, 53, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 69, 73, 98, 99, 101, 104, 105, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 124, 127, 128, 139, 140, 143, 147, 160, 163

Sufrimento social 30, 38

Sustentabilidade 116, 117, 119, 123

T

Tolerância zero 3, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74

Trabalho 3, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 25, 28, 30, 31, 32, 48, 54, 61, 63, 65, 66, 73, 80, 81, 98, 100, 101, 106, 110, 132, 134, 136, 137, 141, 142, 151, 156, 159, 160, 161, 165

Turismo cultural 5, 159, 160, 163, 164, 165

V

Violência 48, 50, 51, 55, 56, 58, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 162

Virgílio 4, 112, 113, 114, 115

W

Web 2.0 3, 14, 15, 16, 17, 18

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉️ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022